



POTENCIAL TURÍSTICO E DIREITO À CIDADE: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (PDE) DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

POTENCIAL TURÍSTICO Y DERECHO A LA CIUDAD: CONSIDERACIONES SOBRE EL PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO (PDE) DE LA MUNICIPALIDAD DE FOZ DE IGUAZÚ

Larissa Schelbauer¹

Resumo

Como uma cidade fronteiriça, definida por acidentes geográficos e disputas geopolíticas, Foz do Iguaçu apresenta diversas características que fazem dela única. O perfil produtivo do município conta com inúmeras vantagens, explica Paiva (2014) e ainda apresenta um potencial que vem sendo subexplorado: o setor turístico. Para este autor, o desenvolvimento desta região poderia ser incrementado com políticas que visassem o turismo, seja por meio de novos atrativos e investimentos ou por características de hospitalidade de infraestrutura urbana que fizessem com que quem está a turismo desejasse ficar um dia a mais. Assim, considerando essas possibilidades Paiva (2014) acredita que o setor público deve assumir essa responsabilidade como condição para elevar a potência de desenvolvimento. No entanto, a história do município já apresenta tentativas de ampliar os “corredores turísticos” realizadas pela gestão pública que acabam por ser altamente segregadoras e excludentes, produzindo uma higienização social dos espaços públicos de interesse econômico e turístico. Desse modo, pondera-se se as estratégias de explorar as atividades relacionadas ao turismo, como meio de desenvolvimento a longo prazo, não acarretaria uma reedição de um projeto urbano que nega o direito a cidade as populações vulneráveis.

Palavras chave: PDE; Desenvolvimento; Turismo.

Resumen

Como ciudad fronteriza, definida por accidentes geográficos y disputas geopolíticas, Foz de Iguazú presenta varias características que la hacen única. El perfil productivo del municipio tiene numerosas ventajas, explica Paiva (2014) y aún tiene un potencial que ha sido subexplotado: el sector turístico. Para este autor, el desarrollo de esta región podría mejorarse con políticas dirigidas al turismo, ya sea a través de nuevas atracciones e inversiones o por las características de hospitalidad de la infraestructura urbana que hicieron que el turismo quisiera un día más. Por lo tanto, considerando estas posibilidades, Paiva (2014) cree que el sector público debería asumir esta responsabilidad como condición para aumentar el poder del desarrollo. Sin embargo, la historia del municipio ya presenta intentos de ampliar los "corredores turísticos" llevados a cabo por la administración pública que resultan altamente segregantes y excluyentes, produciendo un saneamiento social de espacios públicos de interés económico y turístico. Se considera si las estrategias para explotar las actividades relacionadas con el turismo como un medio de desarrollo a largo plazo no implicarían una reimpresión de un proyecto urbano que niegue a las poblaciones vulnerables el derecho a la ciudad.

Palabras clave: PDE; Desarrollo; Turismo.

¹ Psicóloga, mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração latino-Americana (UNILA). E-mail: larischel@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A cidade de Foz do Iguaçu, como uma cidade fronteiriça, historicamente apresenta características bastantes singulares – múltiplas relações culturais, econômicas, políticas e sociais- como qualquer cidade de fronteira (CATTA, 1994). A localização deste município, de acordo com Paiva (2014) é definida por acidentes geográficos e disputas por funções geopolíticas e logísticas de suas bacias geográficas.

Historicamente, a ocupação do que hoje é entendido como Foz do Iguaçu, envolveu Entradas, Bandeiras e Expedições militares, como se fosse um programa de colonização que se baseava na abertura de vias terrestres com os centros econômicos e administrativos do Brasil (PAIVA, 2014, p. 68). Esses acidentes geográficos (tríplice fronteira, Cataratas do Iguaçu, Usina Hidrelétrica de Itaipu) que dão características ao município de Foz do Iguaçu também delimitam a própria fronteira numa região marcada por uma diversidade cultural, litígio político e também por baixa expressão econômica e demográfica (PAIVA, 2014).

Até a década de 70, a economia do município tinha por base a exploração turística das Cataratas do Iguaçu e a agricultura, explica Catta (1994). Importante lembrar que, Foz do Iguaçu conecta o país com a Argentina, principal parceira comercial sul-americana e com Paraguai, que também é o principal parceiro produtivo do Brasil, na região sul-americana, de acordo com Paiva (2014). Para este autor, essas características fronteiriças permitem pensar a história de Foz do Iguaçu, como uma histórica logística e tri fronteiriça (PAIVA, 2014).

A partir da década de 70, em Foz do Iguaçu, há um incremento do comércio de fronteira e a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que aos poucos exigem que a população local se adapte a uma nova realidade social e econômica (CATTA, 1994). A contratação de mão-de-obra para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu teve como consequência um incremento da população do município o que também transformou radicalmente o cotidiano dessas pessoas (CATTA, 1994). De acordo com Gaspar (2017), no ano de 1975 a cidade de Foz do Iguaçu possuía aproximadamente 39 mil habitantes e, em 1978 contava com 138 mil habitantes. Porém, a cidade não possuía estrutura para esse gigantesco incremento populacional (300%) em menos de uma década (GASPAR, 2017). Assim sendo, de acordo com Gaspar (2017) a história do município de Foz do Iguaçu também é marcada pela precariedade de vida desses trabalhadores recém-chegados.

No entanto, na primeira década do séc XXI, de acordo com Paiva (2014, p. 19):

a performance demográfica de Foz do Iguaçu sofre uma inflexão pronunciada, manifestando-se decréscimo da população total que passa de 258.543 habitantes em 2000 para 256.088 habitantes em 2010. Apesar da variação negativa ser diminuta, o padrão de evolução deste do padrão do Paraná e do Oeste Paranaense, cujas populações totais e urbanas continuam a apresentar crescimento ao longo da década. Aparentemente, a perda populacional de Foz do Iguaçu na primeira década do corrente século está associada ao baixo dinamismo da geração de empregos (e, portanto, de oportunidades de inserção e apropriação de rendimentos) no município.



Essas características são importantes para a compreensão de como a região trifronteiriça desenvolve suas atividades de geração de renda e empregos, bem como qual o perfil da população que reside no município em determinado período histórico. Aqui, são tratadas de forma breve, pois esse trabalho não tem por viés entender a história das cadeias produtivas da região, mas sim produzir reflexões sobre as possibilidades futuras de empreendimentos que promovam o desenvolvimento regional. Como instrumento de análise, usa-se o Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu, o qual é resumidamente apresentado a seguir e realizada algumas considerações.

1. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU (PDE)

O Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu (PDE) - Diagnóstico, foi elaborado por Carlos Águedo Paiva, pela *Latus Consultoria*, como parte de uma pesquisa contratada pelo Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu com apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ). Este apresenta inicialmente as características históricas- estruturais que formataram a economia do município e discorre sobre as principais atividades produtivas e geradoras de renda e emprego na região.

Compara dados referentes ao município trifronteiriço com outras regiões do oeste do Paraná, de forma a caracterizar as principais atividades econômicas e as potencialidades e desafios ao pensar e planejar o desenvolvimento da região. Nesse tópico, de maneira bem resumida, apresenta-se esses pontos, com base unicamente no PDE para que seja possível realizar a reflexões com base em teorias de desenvolvimento regional, no próximo item desse trabalho.

1.1 O Estado Atual de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu

Considerando, entre outros fatores, a posição geográfica de tríplice fronteira, Paiva (2014), acredita que o município de Foz do Iguaçu se desenvolveu como se “de costas” a região oeste do Paraná. Isso pois, a região Oeste desenvolveu vários pólos urbanos que assumiram a responsabilidade pelo beneficiamento das matérias-primas regionais bem como pela prestação de serviços médico-hospitalares, educacionais, jurídicos, entre outros (PAIVA, 2014). Cita-se Cascavel, Medianeira, Toledo como exemplos desses outros pólos urbanos desenvolvidos na região Oeste do Paraná (PAIVA, 2014).

Esse modelo de evolução do município de Foz do Iguaçu, que Paiva (2014) descreve como um subproduto da geopolítica, marca o desenvolvimento do município de Foz como “um município de inflexão urbana e voltado ao fornecimento de serviços de complexidade e sofisticação mais elevados do que os demais polos do Oeste” (PAIVA, 2014, p.15).

Paiva (2014) ainda demonstra que o município de Foz do Iguaçu vem apresentando uma perda populacional expressiva que pode ser compreendida como um fenômeno relacionado a inflexão estratégica do município em priorizar serviços em contraposição à



produção de *tradables*, que são bens agropecuários, extrativos e da indústria de transformação.

A inflexão estratégica, que diz de uma economia assentada em serviços por oposição a bens *tradables*, bens comercializáveis e transportáveis, ocorrida nas décadas de 70 e 80, auxilia a explicar os motivos pelos quais em 2010, o município de Foz do Iguaçu conte com menos de 10% de sua população ocupada em atividades geradores de *tradables*, um caso singular, se considerar a realidade dos municípios brasileiros (PAIVA, 2014). Atualmente, dados indicam que, no município de Foz do Iguaçu, as atividades relacionadas a serviços industriais de utilidade pública (SIUP), turismo e lazer direto e em logística são as atividades predominantes no entorno de Foz e, se considerar o percentual de população ocupada com a produção de *tradables*, fica-se ainda mais evidente a pequena contribuição destas para a economia do município (PAIVA, 2014). Assim sendo:

(,,) não parece haver espaço para dúvidas acerca da especialização produtiva de Foz do Iguaçu no segmento de Serviços, com ênfase no Turismo e Lazer (T & L), Logística, Serviços Públicos Básicos de Saúde e Educação (SPB – S & E), Administração Pública e Segurança (Adm P & S) (PAIVA, 2014, p.30)

O PDE de Foz do Iguaçu também revela que, aproximadamente 60% das ocupações no município são informais. Esse valor percentual excede a do conjunto de municípios da região oeste, sendo que, diversos desses municípios tem base econômica agropecuária, nas quais ainda imperam as relações informais na agricultura familiar e na agricultura capitalista. O grau elevado de informalidade reflete também na acuidade das avaliações do Produto Municipal (PIB e VAB) e, esses indicadores acabam representar limitações para a efetiva avaliação da dinâmica das economias regionais e locais.

Para Paiva (2014):

(...) por mais elevado que seja o valor agregado por Itaipu - a maior parte do mesmo se evade do território, na direção, seja do governo federal – responsável pelo empreendimento e detentor do controle sobre seus resultados -, seja para o pagamento dos juros e do principal da dívida (ainda não inteiramente quitada) que possibilitou a construção da usina (p. 25).

O autor do PDE ainda destaca que, embora atividades associadas ao turismo sejam as principais fontes de endógenas de emprego e renda no território do município de Foz do Iguaçu, essas também ainda se caracterizam por um elevado grau de informalidade (PAIVA, 2014). Considerando a realidade do município na qual o turismo se associa a compras no exterior e, os valores tendem a ser subdeclarados por aqueles que realizam as compras, pode-se pensar num aumento exponencial da informalidade associada as atividades turísticas (PAIVA, 2014).

Tem-se ainda de considerar que, 6,64% da população ocupada em Foz do Iguaçu no ano de 2010 trabalham com “atividades mal definidas”. O índice é similar aos de outros municípios, mas geralmente reflete aquelas atividades que estão no limbo entre legalidade e ilegalidade (como a prostituição) ou diretamente relacionada a ilegalidade, como contrabando e tráfico de drogas (PAIVA, 2014).



Em resumo, economia municipal em tempos atuais, para Paiva (2014), apresenta: a) persistente e acelerada perda de expressão agropecuária; b) prevalência da indústria na geração de valor agregado municipal (desde a construção da Usina de Itaipu) e, c) elevada participação do setor de serviços no PIB do município desde 1970.

1.2 Pontos Positivos e Pontos Enclaves para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu apontados pelo PDE

De acordo com o PDE, o perfil produtivo de Foz do Iguaçu conta com inúmeras vantagens e não deve ser compreendido como uma limitação. Para Paiva (2014):

Foz do Iguaçu parece ter encontrado as suas vocações e vem se movendo no sentido de explorar positivamente suas peculiaridades econômicas, aprofundando sua competitividade em áreas que carregam um elevado potencial de crescimento e de geração sustentável de emprego e renda. Não obstante, a adequada exploração destas potencialidades envolve uma compreensão acurada das peculiaridades de uma economia de serviços em geral e de uma economia baseada no Turismo e na Logística, em particular (PAIVA, 2014, p.32).

O setor turístico, por exemplo, apresenta um enorme potencial ainda subexplorado que, se explorado trará rentabilidade de médio e longo prazo (PAIVA, 2014). Isso porque, a atividade turística não é compreendida enquanto uma atividade monocórdia, mas representa um conjunto amplo e diversificado de atividades que envolvem outras cadeias propulsivas, como a de logística, serviços públicos básicos, administração pública, artesanato, fotografia e ainda estão relacionadas a outros tipos de atividades como, transporte urbano e serviços prestados à família (PAIVA, 2014). Para o autor: “Isto significa dizer que todo e qualquer investimento em novos atrativos turísticos contribui para a diluição de custos dos equipamentos já existentes (hotelaria, sistema rodoviário e aeroportuário, agências de viagem, locação de veículos, gastronomia, etc.)” (PAIVA, 2014, p. 63).

Promover o desenvolvimento regional com base no turismo, para Paiva (2014) seria a estratégia que geraria maiores custo-benefício, pois atrair turistas para a região, ou mesmo, conseguir com que turistas permaneçam um dia a mais beneficia simultaneamente, o cidadão que reside em Foz do Iguaçu e o agente externo. O autor do PDE ainda oferece sugestões de como a região poderia explorar ainda mais seu potencial turístico:

Bastaria – por exemplo – valorizar e promover sua História absolutamente ímpar. E/ou planejar e ordenar seu espaço urbano com vistas a explorar as inúmeras belezas naturais associadas à confluência de dois rios espetacularmente belos e as extensas áreas verdes muradas e alienadas dos cidadãos e dos visitantes. E/ou mobilizar as organizações base binacional (como Itaipu) e voltadas à promoção da integração Latino-Americana (como a Unila) com vistas à promoção de eventos culturais voltados à manifestação e desenvolvimento da diversidade cultural que impregna o território. E/ou pela melhoria e qualificação dos sistemas locais de saúde e educação com vistas à atração de “turistas de serviços”. E/ou pela mobilização conjunta dos diversos atores sociais capazes de se beneficiar da ampliação do fluxo turístico com vistas a transformar Foz do Iguaçu num centro de eventos e congressos de reconhecimento internacional. E/ou tudo isto e muito mais. Por que não?



(PAIVA, 2014, p. 44).

Porém, para Paiva (2014), há indicativos de que uma parcela expressiva dos moradores de Foz do Iguaçu ainda não consegue associar as atividades turísticas como principal geradora de turismo e renda local, o que, se transforma em um desafio a ser superado quando se pensa em ampliar investimentos nessa área. Outro desafio, se refere a formalização do trabalho, considerando dados sobre o município de Foz do Iguaçu revelam que 60% das ocupações são informais e, o setor turístico tende a trabalhar com alto grau de informalidade.

Outra área potencial de crescimento é o setor de serviços públicos básicos de educação e saúde, pois estes, de acordo com Paiva (2014) possuem um potencial de crescimento autônomo maior do que o próprio setor de geração de energia e de administração pública. Isso pois,

(...) antes de mais nada, porque a capacidade de investimento e expansão destas cadeias não se assenta exclusivamente na arrecadação do poder público, mas, igualmente bem, na avaliação que distintos agentes privados fazem das perspectivas de mercado e de rentabilidade das mesmas no território. Não obstante, esta classificação revela uma faceta fundamental das duas cadeias: o crescimento de ambas depende do crescimento das economias do entorno (agroindústria) e das atividades propulsivas privadas de Foz do Iguaçu (Turismo e Logística) (PAIVA, 2014, p. 55).

Paiva (2014) também aponta que investimentos no setor logístico, como por exemplo, a criação e um centro de inteligência logística, poderia beneficiar e alavancar a economia da região. Isso pois o município conta com equipamentos como rodovias, pontes, alfândegas, rios, autoestradas e com empresas transportadoras e produtoras de bens e serviços intensivos e transportes que lhe possibilitam ser uma referência em questão de logística nacional (PAIVA, 2014). Para que isso aconteça, de acordo com o autor, é apenas uma questão de decisão, de governança.

No entanto, para a exploração econômica dessas potencialidades apontadas pelo autor, parece ser necessário que o setor público assuma a responsabilidade dos investimentos a serem realizados, como condição para elevar a potência de desenvolvimento de Foz do Iguaçu (PAIVA, 2014). Isso pois, para Paiva (2014), a maioria das vantagens econômicas que podem ser criadas com a exploração turística do município, por exemplo através da criação de novos atrativos não são a apropriadas pelos agentes inversores, mas sim pelos agentes que atuam nos serviços secundários como hotelaria, gastronomia, agências de viagens, etc.

Para que o setor público consiga efetuar tamanho investimento é necessária a realização de um planejamento fiscal que seja capaz de garantir o equilíbrio das contas públicas (PAIVA, 2014). Para o PDE, esse equilíbrio pode ser articulado se agentes privados e públicos operarem em solidariedade e se o planejamento regional, em termos econômicos passar a ser orientado pela sociedade civil organizada. A superação desse gargalo de ordem



institucional é o principal desafio para que o retorno dos investimentos do setor público seja líquido e certo na economia municipal (PAIVA, 2014).

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ELABORADA PARA O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.

O PDE de Foz do Iguaçu apresenta dados importantes sobre as potencialidades da região de Foz do Iguaçu para ampliação do processo de desenvolvimento econômico, considerando as peculiaridades da região, que é de fronteira, e processos históricos que deram origem a cidade e a modo como opera atualmente sua economia (espaço de produção).

No entanto, parece que o autor do plano, analisa o espaço urbano e econômico do município de Foz do Iguaçu, sem considerar aspectos importantíssimos para entender a dinâmica da cidade, ou mesmo, para compreender o não reconhecimento por parte da população do turismo como atividade geradora de renda e emprego, aspecto esse, apontado pelo autor como uma dificuldade que mantém o setor turístico subexplorado.

Entre esses fatores importantes que foram desconsiderados, para exemplificar, cito a construção da usina hidrelétrica que organizou a cidade através da construção de vilas específicas para cada nível de trabalhador, de forma hierarquizada, conforme explica Catta (1994). O intenso crescimento urbano e demográfico ocorrido entre as décadas de 1970-1990, em razão da construção da usina hidrelétrica e do comércio de mercadorias, em Foz do Iguaçu é de forma periódica apresentado como um problema social gerador de mazelas urbanas (GASPAR, 2017). Quando houve a dispensa dos operários que trabalhavam nas construções da Usina Hidrelétrica, estes se voltaram para novas alternativas de trabalho e:

As principais consequências dessas transformações foram: uma massa heterogênea que passou a sobreviver as custas de trabalhos informais sem perspectiva de ver concretizado o sonho do enriquecimento propalado pelas elites; a criminalização da atuação desse segmento da população pelas elites, com a anuência do poder público e com o devido controle e repressão pelas polícias ali estabelecidas; um favelamento acelerado das áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da exploração imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico, acidentes constantes; formação de comércio paralelo de produtos diversificados[...] a formação de organizações que buscam, nesse embate entre classes, sobreviver às estruturas impostas pela acelerada mudança de seu cotidiano nos últimos quinze anos (CATTA, 1994, p 54).

Essas transformações, aliadas ao déficit de habitação, fizeram com que as favelas crescessem e, com que o poder público iniciasse ações de remoção das famílias e de “desfavelamento” (GASPAR, 2017). Existia uma preocupação que, a parcela trabalhadora empobrecida, continuasse nas cidades e formassem novas favelas, pois isso era conflitante com a estética urbana idealizada para a cidade (RIBEIRO, 2015). Eufemisticamente chamadas de ações sociais, que seriam em prol dos trabalhadores, a política urbana municipal de



“desfavelamento” tentava modificar e valorizar algumas regiões da cidade, por meio da concessão de moradias e reassentamento das famílias em novos espaços (GASPAR, 2017). Esse projeto entra em cena no ano de 1984.

Essas principais transformações estruturais da cidade serviram para “atender em boa medida os interesses de uma elite que para ali se transferiu, tendo o apoio de sua congênere anteriormente ali estabelecida, amparada não só pela empresa binacional de Itaipu, como também pelo poder público local” (CATTA, 1994, p.53).

Ao não citar essas questões, na elaboração do diagnóstico que está no PDE, parece que Paiva (2014) desconsidera que o espaço urbano também é reflexo de um desenvolvimento de um grupo social num período da história e, desta forma, “um produto da acumulação do capital e da reprodução social” (LIMA, 2003, p. 8). O que quer dizer, de acordo com Lima (2003), que o espaço não é economicamente neutro e, esse tem efeito sobre o próprio processo de crescimento econômico. E, o espaço urbano é considerado uma instância ativa de dominação econômica e dominação ideológica (MARICATO, 2000).

Paiva (2014) considerou para a elaboração do PDE, os acidentes geográficos, a demarcação das fronteiras, o processo de colonização da cidade e as primeiras atividades produtivas e a “descoberta” do turismo como características marcantes para que Foz do Iguaçu apresente ênfase em certas atividades econômicas. Mas, desconsidera que o processo de urbanização da região é marcado por contradições sociais, agravadas inclusive pelo crescimento acelerado e desorganizado da cidade com o empreendimento da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que, paradoxalmente se apresenta também como uma das mais importantes atividades econômicas da região.

Paiva (2014) indica muitas potencialidades de desenvolvimento econômico regional se ampliada a exploração de atividades no setor turístico e, sugere que:

Alterar o padrão de ocupação do espaço de acordo com um novo Plano Diretor Municipal, realocar o Quartel, redefinir a ocupação da Beira-Foz, implantar um novo Porto Seco trinacional, construir uma (ou mais) nova(s) ponte(s) no entorno da Tríplice Fronteira, garantir e ampliar a navegação do Lago de Itaipu e do Rio Paraná a jusante da usina, são mudanças que, necessariamente, **trarão transtornos para alguns e enormes benefícios para outros. É natural e esperado que os prejudicados resistam.** Mas estas resistências podem ser superadas através da negociação e da inclusão de todos nos benefícios futuros. Havendo equidade na distribuição destes benefícios, as resistências tendem a ser superadas. Na realidade, na maior parte das vezes, a dificuldade em negociar e ceder advém da dificuldade em compreender adequadamente a magnitude e o grau de difusão social dos benefícios associados às mudanças proposta (PAIVA, 2014, p. 71).

Essas dicas, embora possam efetivamente ampliar os rendimentos do município pela exploração de atividades turísticas não garantem que esses sejam compartilhados de modo que população os perceba. Mas, de imediato, trazem à tona as contradições urbanas, em especial o que diz respeito a moradia. Isto pois, a faixa Beira-Foz é composta de diversas comunidades que construíram suas habitações, em áreas verdes, ou de ocupação irregular, que tem nas atividades de pesca e passagens de mercadorias e contrabando pelas margens do rio, a principal fonte de seu sustento.



Essas áreas de ocupações, conhecidas como Favela do Cemitério, Favela do Queijo, Favela da Marinha, Comunidade Monsenhor Guilherme, Favela da Sadia, Jupira, que delineiam a margem do Rio Paraná e encontram-se próximas ou dentro dos centros comerciais da cidade são disputadas, de um lado, por suas populações e de outro pelo poder público e pelas elites locais, desde 1984 (GASPAR, 2017). A existência dessas áreas, anteriormente, serviu de argumento para o poder público agir em prol de seus próprios interesses. Para Gaspar (2017):

A maioria destas favelas citadas e os trabalhadores que nelas residiam já foram mencionados[...] como sendo alvos de constantes ataques para que seus moradores deixassem os locais onde viviam. O projeto proposto pelo prefeito da cidade tratava-se basicamente de uma tentativa de valorização do solo da região central do município. O exponencial crescimento do comércio e do turismo de Foz do Iguaçu, bem como as classes dominantes, não poderia mais deixar que ocupações e favelas se instaurassem na região de maior valorização da cidade. Era preciso uma ação para que aquele espaço se tornasse propriedade não dos trabalhadores e sim da classe dominante, servindo somente a ela (GASPAR, 2017, p. 119).

Essa disputa pelo destino das margens do Rio Paraná parece já possuir um vencedor, considerando que já existem remoções de população destas regiões, de acordo com Ribeiro (2015). Para este autor, os discursos que hoje estão justificando a desterritorialização desta população, como uma questão de segurança (de quem?) e desenvolvimento econômico é uma reedição de um novo projeto urbano de um velho tempo que tem o intuito de revalorização de algumas áreas ainda subexploradas. Para Ribeiro (2015, p.245):

Do ponto de vista da cidade de Foz do Iguaçu, refundada no pensamento único de cidade turística, produzida e comercializada como mercadoria de luxo, fica evidente que esse processo se constitui na negação radical do “direito a cidade”, consolidada na restrição do espaço público, político e na extirpação das classes subalternas das áreas de interesses econômicos e políticos.

Evidencia-se, nessas situações, a ideologia que o planejamento urbano tenta ocultar. Sob o pretexto do desenvolvimento, instaura-se uma nova forma de degradação,

(...) atropelando as histórias e dinâmicas familiares e comunitárias, o comércio local, as instituições sociais, os fluxos e modos de existência. Pior, sem resolver as grandes questões de habitação, transporte de massa, acesso a serviços públicos e sustentabilidade, transformam em falácia a possibilidade de vida digna nos centros urbanos (ROCHA, 2013, p.3).

Essas situações demonstram o quanto o poder público deliberadamente viola os direitos de seus cidadãos, o que traz inúmeras consequências, impactando inclusive na qualidade de vida e saúde dessas populações (ROCHA, 2013).

Não se pode afirmar, mas ao desconsiderar essa densidade histórica da formação urbana do município de Foz do Iguaçu e suas diversas questões sociais, o PDE de Foz do Iguaçu parece se apresentar apenas como mais um instrumento que, disfarçado pelo seu



conteúdo técnico-científico, serve, como explicaria Villaça (1999), como facilitador da dominação, ao ocultar as verdadeiras origens dos problemas das cidades e negar o fracasso da classe dominante e do próprio Estado em resolvê-los.

Desde 1993, o poder público de Foz do Iguaçu vem fazendo uma higienização do centro da cidade e de áreas de interesse econômico e turístico com o deslocamento das populações pobres, que nesse espaço habitam. Essas ações se embasam no discurso de desenvolvimento econômico e turístico. Ao indicar que o poder público seja o principal investidor no potencial turístico da região de Foz, com sugestões de ações que impactam diretamente na vida das populações mais vulneráveis, que sequer foram consideradas, o PDE de Foz situa-se a contramão do que propõe.

Claro que, a proposta do PDE de ampliação do setor turístico com investimento público, a médio e longo prazo, pode trazer à população local renda e emprego, se houver equidade na distribuição desses benefícios. No entanto, quando se trata de populações vulneráveis, precisa-se de estratégias econômicas de curto prazo e pensar em atividades produtivas que englobem o perfil dessa população, geralmente com baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação. Insiste-se nessa questão pois, o modelo de PDE sugerido afeta diretamente esse estrato da população, a princípio de modo negativo (gerando transtornos), inclusive pela possibilidade de processos de gentrificação gerados pela especulação imobiliária em áreas que serão objetos de investimento.

O quadro 1, apresenta dados do sistema do Programa Família Paranaense em relação ao município de Foz do Iguaçu e serve apenas para ilustrar que parte significativa da população Iguaçuense encontra-se em situação de vulnerabilidade social.

A crítica que aqui se apresenta não está relacionada diretamente ao conteúdo do PDE de Foz de Iguaçu e suas conclusões, mas sim ao fato do autor não ter se atentado a realidade empírica, as consequências sociais já existentes resultantes de processo de planejamento com intuito de desenvolvimento da cidade e região: maior fragmentação do espaço urbano e exclusão social. E as propostas do PDE, embora enfatizem a necessidade de distribuição de renda, não traçam caminhos de como a gestão municipal pode realizá-las sem aumentar ainda mais esses processos de higienização dos espaços de importância econômica e turística do município.

Naturalmente, o espaço urbano é fragmentado e nele evidenciam-se as lutas e conflitos. Mas o planejamento pode ser fonte de integração e diminuição da injustiça social quando as populações são incorporadas aos projetos urbanos (ROCHA, 2013). Para Oliveira e Lima (2003) o desenvolvimento indica diálogo permanente, com a participação das sociedades locais e qualquer plano de intervenção econômica, política e socioambiental deve considerar a variável social. Se esses elementos endógenos não são considerados corre-se o risco de intensificar os processos perversos de exclusão social.



Quadro 1: Sistema de Acompanhamento de Famílias - Família Paranaense.



Fonte: Login individualizado, recorte (*print*) da autora.

Para que isso seja possível, Maricato (2000) acredita ser necessário uma reforma da gestão urbana que se deve estender a profissionais do jornalismo, procuradores, lideranças sociais, trabalhadores, ao setor público e privado e implicar o compromisso com a ação real. Uma nova forma de práxis de políticas urbanas caminha com a ampliação da democracia e da cidadania (MARICATO, 2000). E, para Harvey (2012), estabelecer administração democrática sobre a organização dos processos urbanos se constitui como direito a cidade.

A longo prazo, as sugestões e desafios presentes no PDE apontam para a possibilidade de desenvolvimento urbano, que Maricato (2014) define como o processo que gera transformações sociais e territoriais incluindo a implementação da função social da propriedade, o direito a cidade e o direito a justiça urbana. Mas curto prazo, uma inquietação surge ao analisar o PDE de Foz do Iguaçu, sob esse discurso de estratégias de gestão e desenvolvimento econômico, onde ficam as pessoas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PDE de Foz do Iguaçu, em forma de diagnóstico, apresenta dados históricos-econômicos que possibilitam a compreensão do estágio atual de desenvolvimento econômico do município, bem como evidencia as principais cadeias produtivas que geram renda e emprego na região. Informa sobre as potencialidades a serem exploradas no município, que podem gerar maior renda e mais emprego e, conseqüentemente promover a qualidade de vida da população domiciliada no município.



Entre essas potencialidades, destaca o setor turístico como uma área que, apesar de crescente e principal fonte econômica da região, ainda é pouco explorada e diversa. Para o autor do PDE, a possibilidade de promoção do turismo em qualquer região está diretamente associada ao bem estar dos cidadãos domiciliados, pois para que o turista deseje ficar um dia a mais, a cidade precisa oferecer hospitalidade e, essa característica está intimamente relacionada ao nível de qualidade de vida da população local e ao reconhecimento da atividade turística como rentável de forma que seus benefícios atinjam seus moradores (no sentido de distribuição de riqueza, tanto em forma econômica, como por meio de acesso a serviços de qualidade notória).

No entanto, o PDE desconsidera a função de manutenção da ordem social que os planejamentos urbanos em Foz do Iguaçu vêm apresentando no decorrer de sua história. A urbanização se deu de forma altamente segregadora e com concentração de renda nas mãos de elites locais e, se trata de um processo excludente realizado pelo próprio poder público. Considerando essa realidade, as sugestões oferecidas pelo PDE se mostram como um faca de dois gumes: embora a longo prazo possam produzir e viabilizar o acesso à cidade, a curto prazo tende incrementar processos de exclusão social, gentrificação sob a égide da ideia de desenvolvimento econômico.

A equidade na distribuição dos benefícios se faz fundamental para a possibilidade de exploração das potencialidades da região, caso contrário, qualquer projeto que visa ao desenvolvimento tende a fracassar, considerando que modernização ou incremento econômico unicamente, segregam e excluem e não devem ser confundidas com desenvolvimento (SOUZA, 2002). Ao pensar em desenvolvimento regional, requer-se, pensar na participação dos moradores locais no planejamento contínuo do espaço e na distribuição dos resultados do processo de crescimento (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Referências

CATTA, L. E. O Cotidiano de uma Fronteira: a Criminalidade e Controle Social. **Esboços-Histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 1, 1994. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/401/9724>>. Acesso em: 05 maio 2019.

FILHO, J. D. A. A Endogeneização do Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, p. 261-285, jun 2001.

GASPAR, L. E. **As lutas dos trabalhadores por moradia em Foz do Iguaçu (1970-1990)**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, p. 132. 2017.

LIMA, F. A Concepção do Espaço Econômico Polarizado. **Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 4, p. 7-14, setembro 2003.



MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora da ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 3º. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

OLIVEIRA, G. B; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, p. 29-37, maio/dez. 2003.

PAIVA, C. Á. **Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu**. Latus Consultoria. Foz do Iguaçu, p. 75. 2014.

RIBEIRO, D. G. **Metamorfoses na Cidade: Tensões e Contradições na Produção e Apropriação do Espaço Urbano em Foz do Iguaçu**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, p. 256 p. 2015.

ROCHA, R. L. Resistência ao bota-abaixo. **Radis 129**, Rio de Janeiro, jun 2013.

VILLAÇA, F. Uma contribuição paea a história do planejamento urbano no Brasil. In: SCHIFFER, S. R.; DEÁK, C. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Cap. 6, p. 171-293.

*Recebido em 03/11/2019
Aprovado em 14/11/2019*